

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO					
ATIVO	Nota Explicativa	2019	01/01/2019	2018	PASSIVO	Nota Explicativa	2019	01/01/2019	2018
CIRCULANTE		80.944.189,93	101.338.744,28	101.338.744,28	CIRCULANTE		113.751.447,40	73.183.526,64	73.183.526,64
DISPONIBILIDADES	4.a	18.704.692,97	11.902.623,14	11.902.623,14	FORNECEDORES		37.145.868,13	19.312.443,71	19.312.443,71
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		18.704.692,97	11.902.623,14	11.902.623,14	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		16.464.909,03	22.124.587,85	22.124.587,85
CRÉDITOS		54.200.789,32	79.631.298,03	79.631.298,03	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		9.729.316,89	11.439.347,65	11.439.347,65
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	50.742.385,04	75.447.609,31	75.447.609,31	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		18.817.374,49	18.667.596,20	18.667.596,20
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(787.842,28)	(319.391,32)	(319.391,32)	OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		0,00	3.943,41	3.943,41
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	2.743.721,10	2.118.314,36	2.118.314,36	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	30.000.000,00	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS	4.e	1.502.525,46	2.384.765,68	2.384.765,68	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.593.978,86	1.635.607,82	1.635.607,82
ESTOQUES		6.536.024,10	8.320.191,00	8.320.191,00	NÃO CIRCULANTE		112.889.082,22	110.158.279,81	110.158.279,81
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	91.107,60	110.721,26	110.721,26	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	47.629.036,81	64.894.162,73	64.894.162,73
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	860.777,42	676.645,14	676.645,14	BENS DE TERCEIROS	4.l	65.260.045,41	45.264.117,08	45.264.117,08
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	5.584.139,08	7.532.824,60	7.532.824,60	TOTAL DO PASSIVO		226.640.529,62	183.341.806,45	183.341.806,45
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		1.502.683,54	1.484.632,11	1.484.632,11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
NÃO CIRCULANTE		107.796.570,83	85.721.934,82	98.512.491,16	CAPITAL SOCIAL		115.319.287,84	115.319.287,84	115.319.287,84
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.396.893,02	18.266.622,79	31.057.179,13	CAPITAL SUBSCRITO	7.a	115.319.287,84	115.319.287,84	115.319.287,84
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.h e 10.a	22.396.893,02	18.266.622,79	31.057.179,13	RESERVAS DE CAPITAL		7.863,68	7.863,68	7.863,68
INVESTIMENTOS	4.i	151.388,40	151.388,40	151.388,40	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68	7.863,68
IMOBILIZADO	4.j e 5	14.267.258,91	16.108.482,77	16.108.482,77	PREJUÍZO ACUMULADO	7.b e 10.b	(153.226.920,38)	(111.608.278,87)	(98.817.722,53)
INTANGÍVEL	4.k e 6	5.720.985,09	5.931.323,78	5.931.323,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(37.899.768,86)	3.718.872,65	16.509.428,99
BENS DE TERCEIROS	4.l	65.260.045,41	45.264.117,08	45.264.117,08	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		188.740.760,76	187.060.679,10	199.851.235,44
TOTAL DO ATIVO		188.740.760,76	187.060.679,10	199.851.235,44					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Valores expressos em Reais)

	Nota Explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.p	341.132.430,26	335.650.805,95
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(45.057.149,61)	(44.233.084,00)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		296.075.280,65	291.417.721,95
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(235.104.979,10)	(219.246.551,36)
LUCRO BRUTO		60.970.301,55	72.171.170,59
DESPESAS OPERACIONAIS		(100.953.190,09)	(78.801.049,92)
DESPESAS COM VENDAS		(6.063.738,11)	(6.637.476,76)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(93.535.908,23)	(74.331.823,92)
DESPESAS FINANCEIRAS		(2.968.794,90)	(1.294.255,34)
RECEITAS FINANCEIRAS		1.615.251,15	3.462.506,10
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		542.886,67	1.467.503,08
RESULTADO OPERACIONAL		(39.440.001,87)	(5.162.376,25)
OUTRAS RECEITAS		6.208,59	6.337,07
OUTRAS DESPESAS		(57.108,67)	(44.515,00)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(39.490.901,95)	(5.200.554,18)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.p	(39.490.901,95)	(5.200.554,18)
Prejuízo por lote de mil ações		75,34	9,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Valores expressos em Reais)

	2019	01/01/2019	2018
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(39.490.901,95)	(5.200.554,18)	(5.200.554,18)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:			
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	9.326.749,71	9.983.694,94	9.983.694,94
AJUSTE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES TRABALHISTAS (RESULTADO)	33.403.934,23	15.904.863,89	15.904.863,89
AJUSTE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES TRABALHISTAS (PASSIVO)	(22.861.344,90)	-	-
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES CÍVEIS	-	36.868,07	36.868,07
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	468.450,96	150.789,62	150.789,62
AJUSTES DEPÓSITOS JUDICIAIS	22.742.668,16	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Nota Explicativa 10.d para 01/01/2019)	(2.127.739,56)	(14.341.208,83)	(1.550.652,49)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	1.461.816,65	6.534.453,51	19.325.009,85
VARIAÇÕES DO ATIVO			
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(18.051,43)	(617.161,17)	(617.161,17)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS (Nota Explicativa 10.d para 01/01/2019)	(14.082.382,05)	1.519.444,35	(11.271.111,99)
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	1.784.166,90	(2.887.003,95)	(2.887.003,95)
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	24.705.224,27	(6.921.247,13)	(6.921.247,13)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	256.833,48	1.517.051,09	1.517.051,09
VARIAÇÕES DO PASSIVO			
AUMENTO DE FORNECEDORES	17.833.424,42	3.171.846,86	3.171.846,86
REDUÇÃO SALÁRIOS E ENCARGOS	(1.520.112,46)	4.233.333,09	4.233.333,09
REDUÇÃO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	(1.203.808,35)	2.251.558,42	2.251.558,42
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	(81.768,97)	448.434,10	448.434,10
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	(4.455.870,47)	3.424.501,13	3.424.501,13
REDUÇÃO OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	(3.943,41)	(50.964,16)	(50.964,16)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(10.598.271,59)	(2.797.120,03)	(2.797.120,03)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.077.256,99	9.827.126,11	9.827.126,11
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	57.108,67	44.515,00	44.515,00
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(4.892.909,59)	(9.888.009,14)	(9.888.009,14)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(2.439.386,24)	(1.363.813,33)	(1.363.813,33)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.275.187,16)	(11.207.307,47)	(11.207.307,47)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.802.069,83	(1.380.181,36)	(1.380.181,36)
SALDO INÍCIO PERÍODO	11.902.623,14	13.282.804,50	13.282.804,50
BANCOS	465.437,28	3.779.203,35	3.779.203,35
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.239.255,69	8.123.419,79	8.123.419,79
SALDO FINAL PERÍODO	18.704.692,97	11.902.623,14	11.902.623,14
VARIAÇÃO	6.802.069,83	(1.380.181,36)	(1.380.181,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Valores expressos em Reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	NOTA EXPLICATIVA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL			
SALDO EM 31/12/2017	115.319.287,84	7.863,68		(70.488.727,73)	44.838.423,79
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		(23.128.440,62)	(23.128.440,62)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-		(5.200.554,18)	(5.200.554,18)
SALDO EM 31/12/2018	115.319.287,84	7.863,68		(98.817.722,53)	16.509.428,99
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (RECONHECIDOS EM 2019)			10.c	(12.790.556,34)	(12.790.556,34)
SALDO EM 01/01/2019	115.319.287,84	7.863,68		(111.608.278,87)	3.718.872,65
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(2.127.739,56)	(2.127.739,56)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO				(39.490.901,95)	(39.490.901,95)
SALDO EM 31/12/2019	115.319.287,84	7.863,68		(153.226.920,38)	(37.899.768,86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado e órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 6% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009).

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

Grupo	2019	2018
Depósitos Bancários à Vista	442.517,28	3.779.203,35
Depósitos Bancários – Caixinhas Setoriais	22.920,00	0,00
Títulos de Aplicações Financeiras	18.239.255,69	8.123.419,79
TOTAL	18.704.692,97	11.902.623,14

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	2019		2018	
	Por Tipo de Mercado	Soma	Por Tipo de Mercado	Soma
Vencidos até 2016		606.888,45		1.811.561,64
- Administração Direta - Vencidos a partir de 09/2016	352.194,84		352.196,67	
- Administração Indireta	27.993,32		1.228.417,59	
- Outros Mercados	150.205,12		154.384,80	
- Outros Poderes	76.495,17		76.562,58	
Vencidos em 2017		1.823.656,75		4.601.879,56
- Administração Direta	1.608.513,72		3.647.368,21	
- Administração Indireta	134.640,40		860.403,42	
- Outros Mercados	74.162,55		85.069,21	
- Outros Poderes	6.340,08		9.038,72	
Vencidos em 2018		4.769.979,75		37.509.803,11
- Administração Direta	3.997.155,08		32.141.131,11	
- Administração Indireta	463.118,98		4.231.340,68	
- Outros Mercados	294.636,64		1.040.041,75	
- Outros Poderes	15.069,05		97.289,57	
Vencidos em 2019		12.794.580,61		31.524.365,00
- Administração Direta	9.438.171,84		15.029.911,91	
- Administração Indireta	2.142.471,69		14.166.131,69	
- Outros Mercados	845.739,79		805.906,56	
- Outros Poderes	368.197,29		1.522.414,84	
Vencidos em 2020		30.747.279,48		75.447.609,31
- Administração Direta	14.866.155,51		0,00	
- Administração Indireta	13.650.395,41		0,00	
- Outros Mercados	1.029.332,96		0,00	
- Outros Poderes	1.201.395,60		0,00	
TOTAL		50.742.385,04		75.447.609,31

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

Grupo	2019	2018
Antecipações, Contribuições e Impostos a Recuperar	1.114.817,64	1.363.436,49
Bloqueio Judicial	109.376,48	109.376,48
Reembolso Funcionários Cedidos	246.281,61	867.437,26
Outros Créditos	32.049,73	44.515,45
TOTAL	1.502.525,46	2.384.765,68

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2017 e 2018 ficaram diferidos os valores de R\$4.850.065,01 e R\$7.532.824,84 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas até o momento. Em 2019 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$5.584.139,08 que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita. Na Demonstração do Resultado do Exercício de 2019, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$235.104.979,10 que se referem a todos os custos incorridos para a elaboração dos serviços. Objetivando atender o princípio da competência, em 2019 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$12.530.748,05.

Durante o exercício de 2019, foram levados a resultado custos diferidos no próprio exercício (R\$5.812.908,28) e de exercícios anteriores (R\$3.077.632,84) pela realização da receita. Após severa revisão dos valores que ainda estavam diferidos, com datas retroativas a 2018, inclusive, foram identificados custos (R\$5.588.892,45) sem perspectivas de receitas futuras, que também foram levados a resultado, totalizando no exercício (R\$14.479.433,57).

Abaixo quadro demonstrativo:

Diferidos em Exercícios Anteriores	2019	2018
Valor Diferido em 2019	7.013.509,65	7.532.824,60
Acréscimo ao Diferido, em 2019, de Exercícios Anteriores	5.517.238,40	
Total dos Valores Diferidos em 2019	12.530.748,05	
Custo Levado a Resultado Diferido de Exercícios Anteriores	(8.666.525,29)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(5.812.908,28)	
Total Apropriado como Custo em 2019	(14.479.433,57)	
Valor Diferido para Exercícios Futuros	5.584.139,08	

(h) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou o "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Imobilizados, readequando os saldos contábeis das contas, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, sendo os mesmos registrados em contas redutoras em cada grupo de bens, conforme relatório fornecido pela Empresa IBIAEON Contabilidade Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática Ltda. – EPP, no valor de R\$30.736,79 devidamente transferido para o resultado do exercício. Segue valores discriminados por grupo de conta.

Discriminação	Valor ajustado
- Beneficiárias Próprias	4.483,27
- Auxiliares de Comunicação	779,33
- Acumuladores (Baterias)	24.236,24
- Móveis e Utensílios	177,19
- Equipamentos, Instalações e Comunicações	944,36
- Condicionadores de Ar e Ventiladores	116,40
TOTAL	30.736,79

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. A Companhia realizou o "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Intangíveis, readequando os saldos contábeis das contas, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, sendo os mesmos registrados em contas redutoras em cada grupo de bens, conforme relatório fornecido pela Empresa IBIAEON Contabilidade Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática Ltda. – EPP, no valor de R\$17.419,30, devidamente transferido para o resultado do exercício. Segue valores discriminados por grupo de conta.

Discriminação	Valor ajustado
- Software	17.419,30
TOTAL	17.419,30

(l) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(n) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos.

(o) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(p) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência. A Receita Operacional Bruta foi de R\$341.132.430,26 apresentando um crescimento nominal de R\$5.481.624,31 (1,63%) em relação ao exercício de 2018. O Prejuízo do Exercício foi de R\$39.490.901,95, demonstrando um acréscimo em seu prejuízo nominal de R\$34.290.347,77, em relação ao prejuízo apurado no exercício anterior. Entre os fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício estão, o baixo crescimento da Receita Operacional Bruta (ROB), insuficiente para cobrir os custos e despesas operacionais, o provisionamento das Contingências Trabalhistas, que na visão da Companhia são prováveis de perda no valor de R\$33.403.934,23, e pelos valores de Diferimento de Custos, que foram diferidos em exercícios anteriores e levados a resultado em 2019.

(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

5. Imobilizado

	Saldo inicial em 2018	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	Teste de Impairment	Saldo líquido em 2019	Taxa Anual
Terenos	1.769.907,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.537.354,10	455.363,23	(86.650,55)	33.304,20	(8.389.283,90)	(4.483,27)	3.545.603,81	4%
Equip. de Produção	92.995.814,29	3.900.926,69	(2.038.651,94)	0,00	(88.808.148,55)	(779,33)	6.049.161,16	40%
Equip. de Apoio	3.586.239,12	391.721,92	(49.328,95)	0,00	(3.314.637,02)	(24.236,24)	589.758,83	20%
Instalações/Outros	10.984.426,29	38.236,72	(157.357,16)	166.897,48	(9.602.381,64)	(1.237,95)	1.428.583,74	17% * (1)
Beneficiárias Prédios Terceiros	2.170.337,95	106.661,03	0,00	0,00	(1.392.754,80)	0,00	884.244,18	20%
Imob. em Andamento	208.791,68	0,00	(8.590,00)	(200.201,68)	0,00	0,00	0,00	-- x --
TOTAL	123.252.870,62	4.892.909,59	(2.340.578,60)	0,00	(111.507.205,91)	(30.736,79)	14.267.258,91	

* (1) Taxa Média

6. Intangível

	Saldo inicial em 2018	Aquisição	Baixas	Amortização Acumulada	Teste de Impairment	Saldo líquido em 2019	Taxa Anual
Programas de Computador	40.429.732,51	2.439.386,24	(1.149,47)	(37.138.221,62)	(17.419,30)	5.712.328,36	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.745,65	-- x --
TOTAL	40.438.389,24	2.439.386,24	(1.149,47)	(37.138.221,62)	(17.419,30)	5.720.985,09	

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$115.319.287,84, representado por 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	522.007.303	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
TOTAL DAS AÇÕES		524.178.240	100,00

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	2019	01/01/2019	2018
Resultado do Exercício na Demonstração do Resultado	(39.490.901,95)	(5.200.554,18)	(5.200.554,18)
Ajustes de Exercícios anteriores:			
Ajustes Positivos	0,00	26.814,57	26.814,57
Ajustes Negativos (N.E. 9 e 10.c)	(14.918.295,90)	(35.945.811,53)	(23.155.255,19)
Resultado Líquido após Ajustes Exercícios Anteriores	(54.409.197,85)	(41.119.551,14)	(28.328.994,80)
Prejuízo Acumulado até Exercício Anterior	(98.817.722,53)	(70.488.727,73)	(70.488.727,73)
Prejuízos Acumulados no Exercício	(153.226.920,38)	(111.608.278,87)	(98.817.722,53)

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. Destaca-se, a seguir, a posição de seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Seguro
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 5446-00)	Incêndio	218.554.900,00
Veículos (contrato 5466-00)	Colisão, incêndio e roubo	*335.000,00
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	16.912.891,62

* O valor segurado corresponde aos 18 veículos que compõe a frota da Companhia tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Veículos Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor de colação do veículo na data da liquidação do sinistro. (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

(b.1) Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Coordenação Jurídica e Assessoria de Compliance. Para o exercício de 2019, a gestão da Companhia, no intuito de identificar e mitigar o legado de passivos trabalhistas, constituiu uma Comissão Interna, que, conjuntamente com a assessoria jurídica externa, desenvolveu ferramentas de cálculo, controle e gestão destes passivos. Tal aprimoramento nos processos internos, subsidiária a tomada de decisões, possibilitando a previsibilidade de desembolso, acordos entre as partes, entre outras ações. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até 31/12/2019, não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício, pois todos os valores estimados devem ser revistos a cada encerramento de exercício, como determina a Norma Contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em Reais)

redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde. Quadro da classificação das ações quanto a Prováveis, Possíveis e Remotas:

Possibilidades	2019	2018
Prováveis	77.589.475,87	64.857.294,66
Possíveis	357.145.433,09	6.285.934,44
Remotas	31.208.544,50	1.849.977,67
Total	465.943.453,46	72.993.206,77

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Saldo Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	64.857.294,66	(20.671.753,02)	33.403.934,23	77.589.475,87	30.000.000,00	47.589.475,87

(b.2) Contingências Ação Cível

Valor provisão contingência cível, processo nº 001/1.17.0070167-4, que tramita na 17ª vara cível do Foro Central, conforme abaixo:

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Ajuste Provisão	Saldo Provisão (Longo Prazo)
Cíveis	36.868,07	0,00	2.692,87	0,00	39.560,94

(c) Plano Complementar de Pecúlio

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio de pecúlio.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os ajustes em que se consideraram como incorreções de períodos anteriores, conforme a NBC TG 23. Para os ajustes "Depósitos Restituintes/Judiciais", foi procedida a reapresentação das Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia, demonstradas a seguir na Nota 10.

AJUSTES NEGATIVOS:

• Cancelamento faturas de clientes emissão exercícios anteriores.	(1.945.562,95)
• Ajuste Conta 12211101 "Depósitos em Juízo" referente a valores que já haviam sido liberados ao reclamante em exercícios anteriores, não considerado no ajuste da provisão em cada exercício, a saber: - Até o exercício de 2017 - Exercício de 2018	(4.691.926,05) (8.098.630,29)
• Despesa contrato 4417 IBM Brasil-Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., referente a dezembro/2018.	(182.176,61)
TOTAL	(14.918.295,90)

10. Reapresentação das Demonstrações Contábeis Exercício Anterior

Para atender a NBC TG 23 que trata das "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, e Retificação de Erros" e para possibilitar a comparabilidade, a Companhia entendeu que os valores referentes aos Depósitos Judiciais não baixados em exercícios anteriores deveriam ser devidamente revistos e, reapresentar os saldos ajustados de 2018, juntamente com as demonstrações de 2019, através de coluna específica para este fim, a qual denominou-se como **01/01/2019**.

Abaixo, descrevemos as alterações, que foram necessárias nas demonstrações contábeis do exercício de 2018, na conta 12211101 "Depósitos Judiciais", a fim de ajustarmos o saldo contábil, comparando o mesmo com os valores existentes/pendentes junto a Caixa Econômica Federal que centraliza todos os depósitos judiciais feitos pela Companhia.

a) Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE

A alteração ocorreu na conta "Depósitos Restituintes/Judiciais" onde existia um saldo de R\$31.057.179,13, e com os devidos ajustes feitos dos depósitos judiciais que já haviam sido liberados aos reclamantes, ocasionou uma baixa no valor de R\$12.790.556,34, ficando um saldo ajustado de R\$18.266.622,79.

Exercícios	Ativo Não Circulante Depósitos Restituintes/Judiciais	2018	Ajustes	Saldo em 01/01/2019
Depósitos Restituintes/Judiciais		31.057.179,13	(12.790.556,34)	18.266.622,79
Total Ativo Não Circulante		98.512.491,16	(12.790.556,34)	85.721.934,82
Total do Ativo		199.851.235,44	(12.790.556,34)	187.060.679,10

b) Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A alteração no PATRIMÔNIO LÍQUIDO ocorreu na conta de "Prejuízos Acumulados", que em 01/01/2019 recebeu o valor de R\$12.790.556,34, registrado como "Ajustes Negativos de Exercícios Anteriores", referente aos valores liberados aos reclamantes de depósitos judiciais feitos pela Companhia, sensibilizando seu saldo acumulado final, que ficou em R\$111.608.278,87.

Exercícios	Prejuízo Acumulado		Saldo em 01/01/2019
	01/01/2019	2018	
Prejuízo Acumulado		(98.817.722,53)	(98.817.722,53)
Depósitos liberados até 2017	(4.691.926,05)	0,00	(103.509.648,58)
Depósitos liberados em 2018	(8.098.630,29)	0,00	(111.608.278,87)
Prejuízo Acumulado em 01/01/2019			(111.608.278,87)

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nesta Demonstração, houve alteração em "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Exercícios	01/01/2019		2018	Ajustes
	01/01/2019	2018		
Saldo Exercício de 2017	(92.066.515,86)	(92.066.515,86)		0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.550.652,49)	(1.550.652,49)		0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores 2017	(4.691.926,05)	0,00		(4.691.926,05)
Ajustes de Exercícios Anteriores 2018	(8.098.630,29)	0,00		(8.098.630,29)
Prejuízo Líquido do Exercício	(5.200.554,18)	(5.200.554,18)		0,00
Saldo Final	(111.608.278,87)	(98.817.722,53)		(12.790.556,34)

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2018, mas não houve variação na "Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa". As alterações ocorreram nos itens "Aumento Depósitos Judiciais" e em "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Exercícios	01/01/2019		2018	Ajustes
	01/01/2019	2018		
Prejuízo Líquido do Exercício	(5.200.554,18)	(5.200.554,18)		0,00
Ajuste Depósitos Judiciais	1.519.444,35	(11.271.111,99)		12.790.556,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	(14.341.208,83)	(1.550.652,49)		(12.790.556,34)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa				0,00

11. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$37.899.768,86 justificado pelos Prejuízos Acumulados em suas operações, no montante de R\$153.226.920,38 e apresentou também, excesso de passivos sobre os ativos circulantes no valor de R\$32.807.257,47 no encerramento do exercício.

Os prejuízos sucessivos, apurados desde 2015, são decorrentes principalmente de lançamentos às contas de Provisão para Contingências Trabalhistas, mencionados nas notas explicativas 4.p e 8.b.1 às demonstrações financeiras, evidenciando, ao longo dos últimos anos, um aumento no número de processos trabalhistas na qual figura como ré, devido principalmente a ações de promoções por antiguidade. Com o intuito de estancar este Passivo, vem empreendendo soluções de negociações e acordos com reclamantes que são prioritariamente seus funcionários.

Mesmo com as dificuldades financeiras, a Companhia honrou, rigorosamente em dia, todos os compromissos com pessoal, inclusive os advindos das execuções de ações trabalhistas e depósitos em garantias de juízo, e liquidou todos os Tributos Correntes, em atraso, sendo que as multas e juros sobre estes tributos impactaram diretamente no resultado negativo. A priorização de pagamentos de pessoal e tributos, ocasionou o atraso no pagamento de fornecedores, fator preponderante para justificar o Passivo maior do que o Ativo Circulante. A Companhia tem buscado o seu equilíbrio financeiro, de forma que no primeiro bimestre de 2020, liquidou parte da dívida de curto prazo e renegociou prazos com seus fornecedores. Também, projeta para os próximos exercícios significativa melhora dos resultados operacionais futuros, com o crescimento da receita com novos produtos e novos serviços, já a partir do exercício de 2020. Somando-se a isso, uma política austera de gestão dos custos operacionais e movimentações estruturais visando a redução do custo com pessoal e renovação de seu quadro de colaboradores, como demonstrado na peça orçamentária.

As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

12. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Nesta nota levou-se em consideração a pandemia de Corona Virus (COVID-19) que está afetando a economia mundial, mas ainda não foi possível mensurar os inevitáveis impactos nas operações da companhia decorrentes da propagação do vírus e das medidas governamentais tomadas para evitá-la e por quanto tempo este cenário se estenderá, não restando nada a divulgar nestas demonstrações que possam fornecer informações financeiras úteis para os usuários principais da Companhia.

JOSÉ ANTÔNIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 849.483.377-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA TÉCNICA
CPF 533.611.990-34

PAULO CESAR VERARDI
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 381.857.330-15

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE
RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Porto Alegre -RS

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 11 às Demonstrações Contábeis, que divulga que a Companhia apresentou Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 37.899.768,86 justificado pelos Prejuízos Acumulados em suas operações, no montante de R\$153.226.920,38 e apresentou também, excesso de passivos sobre os ativos circulantes no valor de R\$32.807.257,47 no encerramento do exercício. A Companhia tem buscado seu equilíbrio financeiro, de forma que no primeiro bimestre de 2020, liquidou parte da dívida de curto prazo e renegociou prazos com seus fornecedores. Também, projeta para os próximos exercícios significativa melhora dos resultados operacionais futuros, com o crescimento da receita com novos produtos e novos serviços, já a partir do exercício de 2020. Somando-se a isso, uma política austera de gestão dos custos operacionais e movimentações estruturais visando a redução do custo com pessoal e renovação de seu quadro de colaboradores, como demonstrado na peça orçamentária. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a adequação das contas. A Administração da empresa procedeu com o ajuste da regularização de valores em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os ajustes em que se consideraram como incorreções de períodos anteriores, conforme a NBC TG 23. Para os ajustes "Depósitos Restituintes/Judiciais", foi procedida a reapresentação das Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia. A regularização refletiu um ajuste no montante de R\$ 14.918.295,90, equivalente aos valores de Cancelamento faturas de clientes emissão exercícios anteriores R\$ 1.945.562,95, Ajuste Conta 12211101 "Depósitos em Juízo" referente a valores que já haviam sido liberados ao reclamante em exercícios anteriores, não considerado no ajuste da provisão em cada exercício; Até o exercício de 2017 - R\$ 4.691.926,05, exercício de 2018 - R\$ 8.098.630,29 e despesa contrato 4417 IBM Brasil-Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., referente a dezembro de 2018 - R\$ 182.176,61. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos relatório em 08 de fevereiro de 2019 com modificação na opinião quanto a apresentação dos saldos iniciais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 42º, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no exame realizado e no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa Russell Bedford Brasil Auditores S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - em 31 de dezembro de 2019. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 23 de março de 2020.

Eugênio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal

Gerson Luis Cutruneo
Conselheiro Fiscal

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, anão ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020.

Russell Bedford
taking you further

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T"SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA: 90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=0315120000133, ou=Certificado PF A3, cn=ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2020.03.25 10:24:53-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T"SP
Sócio Responsável/Técnico



Nome do arquivo: Materia_5e44e330-b19a-4c97-b703-954fe9ecaeac.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	01/04/2020 08:56:55 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.